

ESTUDANTES EM TRANSIÇÃO: AS DISPUTAS PELAS AGENDAS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DA PUC-RIO NO SÉCULO XXI

Aluno: Miguel Alexandre da Costa Azaldegui

Orientadores: Margarida de Souza Neves, Silvia Ilg Byington e Eduardo Gonçalves.

Introdução

No contexto da comemoração de 40 anos de diversos programas de pós-graduação, a Vice-Reitoria Acadêmica, em parceria com o Departamento de História, teve a iniciativa de criar o Núcleo de Memória da Pós-Graduação em 2006. O Núcleo tinha como objetivo recolher material de acervos particulares e dos departamentos acerca dos programas de pós-graduação e pesquisa, catalogá-los e publicá-los em um site (www.puc-rio.br/nucleodememoria).

Em 2008, visto a necessidade de ampliar seu escopo de pesquisa e publicação, começou a tratar de outras atividades da universidade, abarcando tanto a pós, quanto a graduação, já que ambas sempre estiveram profundamente ligadas ao Modelo PUC de ensino e incentivo a pesquisa. Sendo assim, com a ampliação e aprofundamento da área de atuação, o núcleo tornou-se o Núcleo de Memória da PUC-Rio e passou a tratar de toda a memória universitária. Seu acervo digital não é estático, mas vivo e dinâmico, sempre atualizado e ressignificado, disponível a qualquer um que necessite recorrer à história da instituição. Disponível à comunidade, ele é referência da memória institucional para toda a PUC-Rio e para pesquisadores de outras instituições e núcleos de pesquisa. Os seus documentos podem ter diversas interpretações e significações, formular distintas construções de identidades e histórias, como conceitualizado na definição de micro-história de Carlo Ginzburg: "A totalidade está no particular" [1].

O Núcleo preza pelo trabalho coletivo e pela horizontalidade nas tomadas de decisão e formulação de projetos, gerando um ambiente harmonioso e profícuo. A coordenação constitui-se pela professora Margarida de Souza Neves e da pesquisadora Silvia Ilg Byington, e a equipe é composta pelos pesquisadores Clóvis Gorgônio e Eduardo Gonçalves, pelo fotógrafo Antônio Albuquerque e os bolsistas Matheus Lima Targuêta, Yasmin Getirana, Fabio Cano Gómez, André Penna Firme e Miguel Alexandre da Costa Azaldegui.

Esse relatório lista as atividades desse bolsista, do período entre dezembro de 2014 e junho de 2015, sendo dividido em duas partes: primeiramente o Relatório Técnico, que descreve brevemente as atividades exercidas por cada bolsista e pela equipe, e posteriormente o Relatório Substantivo, que consolida o meu projeto de pesquisa até então.

Atividades em equipe

No período entre dezembro de 2014 a junho de 2015, a equipe do Núcleo de Memória realizou as seguintes atividades:

- Consultas e assistência a pesquisadores, professores, ex-alunos e funcionários administrativos para coleta e aferição de documentos e informações pesquisadas;
- Catalogação e sistematização de documentos de material documental através de digitalização e cadastro em metadados no acervo do Núcleo de Memória da PUC-Rio;
- Identificação de fotografias coletadas e selecionadas para cadastro no acervo do Núcleo de Memória da PUC-Rio;
- Realização de seminários teóricos e laboratórios internos com os membros da equipe, sobre os conceitos relacionados ao projeto do Núcleo:
 1. Leitura e discussão do texto “*O Currículo Mortis e a reabilitação da autocrítica*”, de Leandro Konder. A equipe refletiu em conjunto sobre o texto como uma forma de prestar-lhe homenagem, em decorrência de seu falecimento. Realizado em 17 de dezembro de 2014;
 2. Laboratório de análise da ata da 1ª sessão do Conselho de Desenvolvimento, da PUC-Rio, realizada em 1969, tendo como base a leitura prévia do texto “*Sinais: Raízes de Um Paradigma Indiciário*”, do historiador Carlo Ginzburg (Ginzburg, C. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*. In: _____. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo, 1989. p.143-179), realizado nas reuniões dos dias 30 de março de 2015 e 06 de abril de 2015;
 3. O Seminário “Leitura e fichamento”, conduzido pela professora Margarida de Souza Neves, que teve como objetivo a reflexão acerca de temas como leitura, escrita e estudo. Realizado em janeiro de 2015
 4. “Igrejas na história”. Visita à igreja Sagrado Coração de Jesus na PUC-Rio, a fim de iniciar a pesquisa, a pedido da Reitora da universidade, para escrita de um livro sobre as obras de arte da igreja. Após a visita, a profa. Margarida realizou uma apresentação em PowerPoint sobre as construções arquitetônicas (as igrejas medievais como o maior exemplo), as características e os elementos significativos sobre as sociedades. Realizado no dia 19 de maio de 2015
- Realização de reuniões técnicas semanais, para sistematização, organização, discussão de projetos futuros e de tarefas do Núcleo, e apresentação das pesquisas individuais para as jornadas do PIBIC;
- Produção da série para o Jornal da PUC “Crônicas de memória – A PUC-Rio e os 450 anos da cidade”;
- Visita à exposição “Um passeio pelo Rio: a cidade nas andanças de Joaquim Manuel de Macedo”, no Instituto Moreira Salles;
- Organização e projeto do Livro sobre as obras de arte da Igreja Sagrado Coração de Jesus.

Atividades Individuais: Miguel Alexandre da Costa Azaldegui

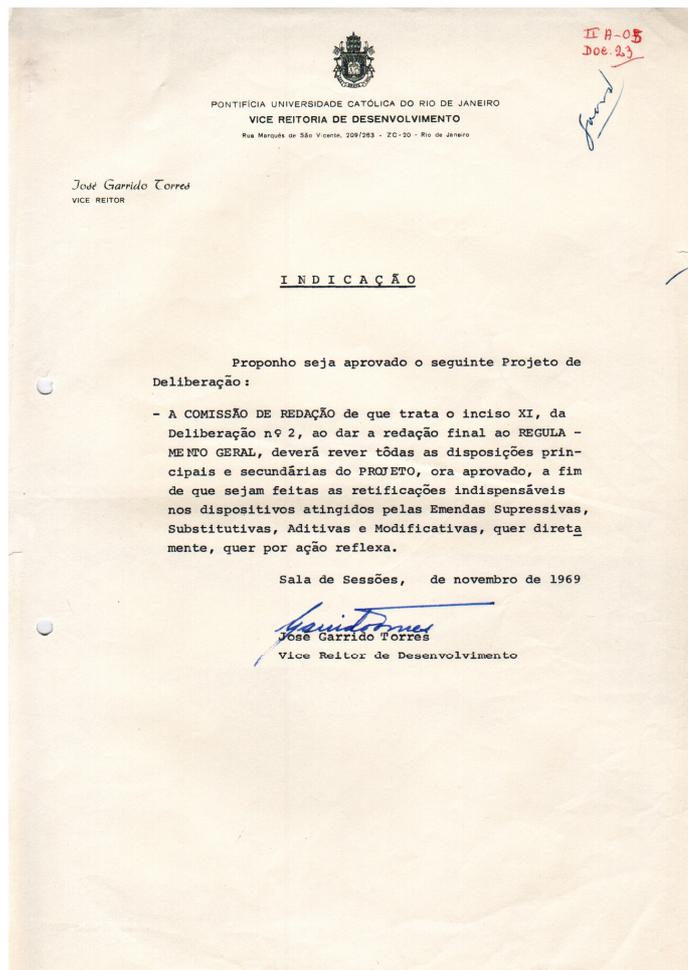
No período compreendido entre dezembro a junho de 2015, realizei as seguintes atividades:

I. Cadastro de metadados das fotos do acervo do Núcleo de Memória no website, edição de negativos digitalizados e digitalização de materiais diversos.

O estágio no Núcleo de Memória da PUC-Rio pressupõe, dentre outras coisas, o auxílio na catalogação e organização do acervo. Nos meses de dezembro e janeiro, o bolsista André Penna Firme e eu editamos os negativos do acervo do fotógrafo Antônio Albuquerque que haviam sido digitalizados anteriormente, cortando e separando cada fotografia. A digitalização de documentos doados ou emprestados ao Núcleo e o cadastro no site dos documentos já em formato digital foram realizados durante o período.

II. Pesquisa sobre o primeiro vice-reitor de Desenvolvimento da PUC, Garrido Torres, nos acervos da Reitoria da PUC.

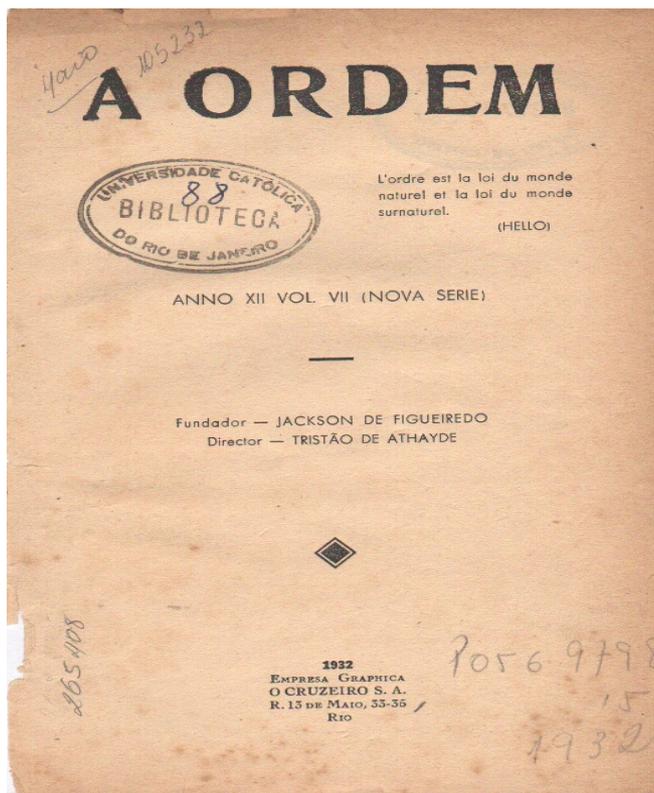
O Núcleo de Memória recebeu em janeiro de 2015 o contato do mestrando em História Social da USP, Diego Batista Penholato, orientado pela professora Elizabeth Cancelli, para a localização de documentos sobre Garrido Torres, o primeiro vice-reitor de Desenvolvimento e secretário do Conselho de Desenvolvimento da PUC-Rio, em 1969. A pesquisa foi realizada por mim em conjunto do bolsista André Penna Firme e supervisionada pela coordenadora de Pesquisa, Sílvia Ilg, e pelo pesquisador, Eduardo Gonçalves. Com esta etapa concluída após o envio do material selecionado em abril, continuamos a ampliar o escopo da pesquisa para a atuação do Conselho de Desenvolvimento na PUC-Rio, com previsão de término em julho de 2015. A seguir um exemplo de um documento pesquisado no acervo da Reitoria da PUC-Rio.



Indicação de José Garrido Torres que propõe a aprovação de um Projeto de Deliberação, 1969. Acervo Reitoria da PUC-Rio.

III. Digitalização da Revista *A Ordem*

Particpei do processo de digitalização da revista, conjuntamente com os bolsistas André Penna Firme e Yasmin Getirana, procurando além de artigos escritos especificamente por Alceu Amoroso Lima, por outros que abordam a formação da PUC-Rio. A temporalidade estabelecida pelo Núcleo e pela Biblioteca da PUC-Rio foi de 1935 a 1945, porém edições anteriores, desde a primeira edição da Revista, em 1922, também foram catalogados em nosso acervo. Após a digitalização, os exemplares são enviados para reencadernação pelo Núcleo de Memória e posteriormente devolvidos à Divisão de Bibliotecas e Documentação PUC-Rio. A seguir um exemplo de uma capa da Revista *A Ordem*, Ano XII, Volume VII, de 1932.



IV. Digitalização da coleção pessoal de Luís Reznik

Auxiliei na digitalização do material doado pelo professor Luís Reznik, do Departamento de História da PUC-Rio, ao Núcleo, atividade que contou com a participação do bolsista Matheus Targuêta. A seguir um exemplo de um informe da União Nacional dos Estudantes, que lista as conquistas e lutas da entidade, fazendo críticas ao MEC e ao Governo.



União Nacional dos Estudantes

No 1º semestre tivemos importantes vitórias sobre o MEC. Em várias escolas impedimos que o índice de 39,4% fosse ultrapassado (FMU-SP, SUAM-RJ, USU-RJ etc). Barramos na maioria dos locais os reajustes do mês de maio. O aumento de 50,9% nas mensalidades, nas férias de julho, foi adiado, parcelado ou mesmo diminuído em muitos lugares, (UNITAU-SP, SESNI-RJ, FURB-SC etc). Através de nossa pressão ao lado dos professores, reitores e funcionários conseguimos arquivar o projeto de fundações.

Mas as mensalidades continuam caríssimas chegando à casa de Cr\$ 24.000,00 na FMU-SP. Um sem nº de escolas particulares está a beira da falência (PUC-CAMP, etc), iniciando dispensa de professores, fechamento de cursos, aumento de alunos por sala. O crédito educativo está sendo cortado, atendendo só 10% dos pedidos feitos neste semestre.

O MEC é o principal responsável por essa situação. Estimula os aumentos quando corta quase toda ajuda às escolas particulares entrando com menos de 5% do orçamento delas, ficando a parte do leão para nós, através das mensalidades.

O governo diz que não há dinheiro para a educação, previdência, habitação, saúde. Impõe o desemprego em massa. Tenta jogar nas nossas costas a crise produzida por estes 17 anos de entreguismo. Ao mesmo tempo coloca de pé o projeto da Serra de Carajás que só para sua instalação inicial gastará 3 bilhões de dólares na construção de uma estrada de ferro que poderia ser construída, segundo técnicos especializados, por 1 bilhão de dólares. De saída, 2 bilhões de dólares para as multinacionais, que significam 2 vezes o orçamento do MEC, proposto para o ano que vem (1 bilhão de dólares, segundo o próprio MEC). Não ficando só aí, o mesmo projeto dará gratuitamente 13,2 milhões de toneladas de ferro por ano aos empresários estrangeiros.

Como se vê dinheiro não falta, nosso país é rico e pode se construir com suas próprias forças, mas o governo continua aplicando sua política de entrega total e falência da nação.

A resposta a essa situação alcança toda a sociedade. A greve dos trabalhadores da FIAT e FORD, a greve dos médicos, a nossa luta semestre passado são demonstrações de que essa política não terá vez. Não teve semestre passado e nem terá neste.

É hora de ação. Vamos barrar o aumento de 50,9% em nossas mensalidades e conquistar verbas do MEC (subsídios). Não permitiremos que nenhuma escola particular seja fechada. Para isso nos uniremos com professores, funcionários e reitores. Utilizaremos de todas as formas de luta para barrarmos esse aumento e iremos a greve nacional se for preciso.

Na nossa unidade reside nossa força. A vitória do semestre passado será maior ainda agora, vamos derrotar a política do MEC mais uma vez.

— BARRAR O AUMENTO DE 50,9%.

— SUBSÍDIOS DO MEC PARA REBAIXAR NOSSAS MENSALIDADES.

— CRÉDITO EDUCATIVO PARA TODOS OS ESTUDANTES CARENTES.

V. Pesquisa para as Jornadas de Iniciação Científica 2015 (PIBIC)

Tendo em vista que além das atividades para o Núcleo em si, o estágio visa a iniciação científica e conseqüentemente a preparação para uma carreira acadêmica, iniciei meu projeto de pesquisa para o Seminário de Iniciação Científica de 2015.

Realizei pesquisas de bibliografia sobre meu tema, utilizando fontes teóricas, jornalísticas e documentais, com auxílio de meus orientadores e demais membros do Núcleo, através de discussões e debates nos seminários e reuniões. O projeto se desenvolveu com o interesse inicial no movimento estudantil atual, principalmente após as marcantes eleições para o Diretório Central dos Estudantes da PUC-Rio ocorridas em 2014. Após recomendações, debates e leituras, estendi o período de análise para o período da ditadura a partir de 1964, para compreender a atuação tradicional do movimento, e quais mudanças ocorreram até a contemporaneidade, a partir da análise do contexto histórico, das demandas sociais, do perfil do alunato e das novas dinâmicas relacionais.

Relatório Substantivo

ESTUDANTES EM TRANSIÇÃO: AS DISPUTAS PELAS AGENDAS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DA PUC-RIO NO SÉCULO XXI

Aluno: Miguel Alexandre da Costa Azaldegui

Orientadores: Margarida de Souza Neves, Silvia Ilg Byington e Eduardo Gonçalves

I - Introdução

O Movimento Estudantil tem uma tradição histórica de engajamento e intervenção nas questões nacionais, transbordando suas funções originárias de instrumento de reivindicação dos alunos no âmbito da educação, mais especificamente. Entretanto, as transformações das conjunturas e relações sociais no século XX e XXI, trouxeram novos desafios e dilemas para o movimento, que se tornou palco de uma disputa mais profunda para definir sua agenda de reivindicações e meios para articulá-las, inserido nas questões identitárias e de desgaste dos instrumentos clássicos de representação política.

Para entender essas mudanças, temos que primeiramente identificar quais tradições e agendas históricas o movimento estudantil defendeu e propôs através das últimas décadas, sempre as relacionando com os contextos internos e externos a ele. A fim de ser didático e de não torna-la muito extensa, selecionei nesta pesquisa períodos que marcaram a construção dessa memória estudantil, fazendo um recorte histórico que abrange o início do período ditatorial, até a atualidade, mas com específico enfoque neste último.

Entre os movimentos analíticos que serão feitos na pesquisa, teremos primeiramente a atuação, mudanças de perfil e a abordagem do movimento estudantil a partir do golpe civil-militar em 1964, até o período de redemocratização na década de 1980, com especial enfoque na União Nacional dos Estudantes (UNE), pela sua centralidade e representatividade na luta dos estudantes da época. Em um segundo momento, a década de 1990 será analisada como período chave para as profundas mudanças das demandas estudantis, que trazem novas bandeiras e formas organizativas, evidenciando o início de um processo de falta de representatividade dos canais clássicos de luta estudantil. E finalmente, o século XXI representará o terceiro movimento, de consolidação da crise e disputas pelas agendas do movimento estudantil, resultantes de diferentes processos que caracterizam as primeiras décadas do novo milênio, e que desafiam as identidades e memórias consolidadas deste importante ator político no imaginário social. Para este último movimento, utilizarei o caso mais específico do movimento estudantil da PUC-Rio, por ter apresentado nos últimos anos uma fragmentação e disputa pelos papéis das instituições tradicionais de representação estudantil, que em grande medida reflete e reproduz o cenário nacional de resignificação do movimento.

O trabalho se estrutura na leitura dos livros “Poder Jovem” de Arthur Poerner [2], e “Memórias Estudantis” de Maria Paula Araújo [3], e nos documentários de Silvio Tendler: “Ou Ficar a Pátria Livre ou Morrer Pelo Brasil” [4] e “O Afeto Que se Encerra em Nosso

Peito Juvenil” [5], para entender a trajetória histórica do movimento estudantil, principalmente até o final da década de 1980. Como ferramenta analítica, utilizei o conceito proposto por Marco Ribeiro Mesquita sobre as “novas sociabilidades militantes” [6], que emergem nos anos 1990 e se consolidam na contemporaneidade, além do conceito de “mito do poder jovem” que Izabel Priscila Pimental [7] propõe, sobre a identidade e a memória do movimento estudantil, construídas através das últimas décadas. Durante todo o processo de elaboração da pesquisa, estou ciente de minha posição como estudante e, portanto, parte constituinte do objeto que pretendo estudar, sendo assim impossível o distanciamento do mesmo. Entendendo isso, me utilizo da concepção metodológica de “observação participante”, analisada na obra do antropólogo Roberto DaMatta [8], para situar meu papel duplo de observador e agente do objeto de análise.

O presente Relatório Substantivo materializa o estudo realizado sobre o movimento estudantil em si e suas especificidades atuais, procurando identificar as transformações históricas. Ele se caracteriza em uma fase inicial da pesquisa em sentido mais amplo que deverá ser aprofundada em termos teóricos e empíricos em futuros seminários e congressos, com o objetivo de elaborar um projeto de monografia.

II - Do período ditatorial à redemocratização: clandestinidade e rearticulação

Dia 31 de março de 1964, após a notícia do levante do exército e a controversa saída de João Goulart do poder, inicia-se o período ditatorial no Brasil, que viria a durar cerca de 21 anos e deixaria marcas profundas em todas as esferas da sociedade brasileira. A UNE, principal instituição do movimento estudantil brasileiro, viria a ser alvo da repressão inicial do novo governo, que tinha como foco as organizações que apoiavam o ex-presidente Jango e as suas Reformas de Base. Dentre estas, lideranças sindicais e operárias foram duramente reprimidas e as instituições estudantis tornaram-se semiclandestinas, pois:

No dia 27 de outubro de 1964 foi votado e aprovado pelo Congresso Nacional o decreto que extinguiu a UNE. O decreto também proibia greve e atividades políticas das entidades estudantis. Apesar disso os estudantes continuaram a desenvolver intensa atividade política nas universidades, que não foram o principal alvo de repressão de 1964.[9]

Essa semiclandestinidade permitiu que diferentes entidades coexistissem, desde os centros acadêmicos e DCEs ainda legais, mas sob controle do governo, até as "entidades livres" [10] que se organizavam paralelamente as oficiais, procurando reproduzir de certa maneira as extintas UNE e UEEs (União Estadual dos Estudantes) ao evocar seu nome, memória e estrutura. Estas organizações clandestinas mantiveram ativas as articulações estudantis durante os primeiros anos do regime, e apesar de ilegais, procuravam agir de maneira pacífica de uma maneira geral, através de passeatas e manifestações, e evitando o confronto direto com as forças militares.

Entretanto, o ano de 1968 viria a ser um divisor de águas, tanto para o cenário político brasileiro, quanto para o resto do mundo. Havia um processo gradual de radicalização das lutas contra o regime militar, que chegaria ao seu ápice neste ano, com a morte do estudante Edson Luís por forças policiais no restaurante de estudantes Calabouço, e as consequentes comoções e revoltas que resultaram nos episódios da Quarta-feira Sangrenta, e mais importante, na Passeata dos Cem Mil, que reuniu no Rio de Janeiro, estudantes, intelectuais e artistas, com suas reivindicações e críticas aos militares.

Tamanha efervescência política no Brasil, ocorreu sob a influência de um movimento mundial de contestação, liderado em grande parte pelos estudantes e que desafiava o *status*

quo nas esferas econômica, geopolítica, social e comportamental. As ideias emergentes buscavam revolucionar velhos paradigmas em todos os âmbitos da vida humana, criando condições para emancipação de povos, classes e raças. Porém, no caso brasileiro, o Ato Institucional Número 5, mais popularmente conhecido como AI5, viria a sufocar essa iniciativa no país, fechando o congresso nacional e endurecendo de vez a relação com os movimentos sociais oposicionistas.

Os mecanismos de controle e coerção de um Estado de exceção haviam sido aperfeiçoados e o período que se sucedeu foi caracterizado pela intensificação das perseguições, sequestros, prisões, torturas e mortes pelas forças do Estado, prática já existente desde o primeiro dia da ditadura instalada no país, como a pesquisa do professor Marcelo Jasmin a pedido da Comissão Nacional da Verdade aponta [11]. A violência e a brutalidade inspiram o nome dado à época de “Anos de Chumbo”

As mudanças impostas pelo AI5 colocavam qualquer tipo de organização e reunião estudantil como ilegal, tornando o movimento como um todo, clandestino. Essa mudança impactou o movimento estudantil que passou por um período de profunda desmobilização devido aos imensos riscos oriundos de qualquer tipo de movimentação política e reivindicatória. A forma de resistência que ganhou muitos adeptos, entre eles diversos líderes estudantis, foi a luta armada, que mesmo já existindo nos primeiros anos do golpe, era até o momento insipiente.

O que deve ser salientado é que, apesar de grande parte dos membros desses grupos armados de resistência serem estudantes, não se pode fazer um paralelo direto entre o movimento estudantil e as organizações de esquerda que adotaram essa linha de ação. Esta diferenciação é analisada por Daniel Aarão Reis, membro ativo de movimentos estudantis e de esquerda da época, em depoimento dado ao “Memórias Estudantis” :

Eu acho que é preciso ter a capacidade de distinguir entre as organizações revolucionárias e o movimento estudantil. Porque há uma tendência, às vezes, romantizada de imaginar o movimento estudantil de 1968 como revolucionário. Não é fato. Eu acho que migraram para a revolução, aderiram à revolução, boa parte das lideranças do movimento. Mas o movimento estudantil, como movimento social, cresceu, incorporou, ganhou substância social em torno de um programa reivindicatório e sindical em torno de um programa político democrático (...). [12]

A bandeira democrática citada pelo professor Daniel pode ser considerada uma das mais emblemáticas do movimento por toda sua trajetória. A democracia sempre foi vista como meio e fim para a atuação do movimento, tendo a UNE como principal expoente. A via armada de oposição ao governo não teve muita longevidade, pois os guerrilheiros foram perseguidos, mortos, exilados e muitos desapareceram, destroçando e desarticulando os quadros das organizações mais radicais. O ano de 1974 representou esse esgotamento da luta direta, por aspectos conjunturais e materiais, trazendo uma nova estratégia de ação.

A ascensão de Ernesto Geisel e sua inclinação a uma distensão política abriam possibilidades para uma atuação mais pacífica dos movimentos oposicionistas e permitiram uma aproximação com a sociedade civil como um todo, ao se afastarem das tendências radicalistas. A aliança com setores antagônicos da sociedade, antes vista como pelega e reformista por algumas alas, agora se mostrava a forma mais eficaz de se conquistar espaços políticos. Articulação era a palavra-chave.

Essa “lenta e segura” [13] transição de regime não se deu de maneira linear e nem totalmente pacífica. Pelo contrário, casos como a morte de Wladimir Herzog e Manuel Fiel Filho, em 1975 e 1976 respectivamente, ambos mortos nas dependências do Destacamento de

Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI- CODI), demonstram que assim como nos movimentos sociais, havia as alas mais radicais do regime que não iriam abrir mão do controle do poder tão facilmente. Em 1977, o movimento estudantil voltou definitivamente a realizar manifestações, indo às ruas e organizando novamente os círculos estudantis sob duas principais diretrizes: a reconstrução das entidades representativas, principalmente a UNE, e a luta pelas liberdades democráticas [14].

Eventos importantes ocorreram nos anos seguintes com a concentração dos movimentos acontecendo em algumas universidades, como a PUC-Rio e a USP, e nas grandes capitais. O XXXI Congresso da UNE ocorreu na Bahia após anos de suspensão, sob a autorização do governador Antônio Carlos Magalhães. Alguns dias depois foram realizadas eleições diretas para a presidência da instituição, tendo Ruy César como vencedor [15]. A campanha pela Anistia também foi muito importante e representativa, pois permitiu o retorno ao país de perseguidos e exilados políticos.

A última grande movimentação feita pelos estudantes durante o regime civil-militar se deu em conjunto com grande parte do país durante a campanha pelas “Diretas Já!”. Em um cenário político já bem pulverizado, após a reforma partidária de 1979 que extinguiu o bipartidarismo dos anos anteriores, as demandas se voltavam pela promulgação de eleições com o voto direto da população. Todavia, apesar dos imensos comícios e passeatas que chegaram a juntar mais de um milhão de cidadãos, a ementa Dante de Oliveira que propunha as eleições imediatas pelo voto direto foi derrubada. Com isso, foram realizadas eleições indiretas com os parlamentares como eleitores, com dois candidatos, um que representava as antigas forças do regime, Paulo Maluf, e outro que era o símbolo da união das forças opositoras, Tancredo Neves. Apesar de dissidências internas, o movimento estudantil decidiu apoiar Tancredo, e este foi eleito Presidente da República do Brasil, após 24 anos de ditadura, mesmo que de forma negociada.

Pode-se notar, que o período ditatorial, apesar de ter conseguido obstruir por um período as instituições mais representativas do movimento estudantil, não foi capaz de extinguir o movimento em si, o que mostra a sua força e a vitalidade. As bandeiras políticas dos estudantes, por questões de sobrevivência do movimento e de suas próprias vidas, giraram em torno da restauração do Estado de direito e da democracia, procurando ainda trazer as questões da educação, como a luta contra o acordo MEC-USAID, mas com maior peso na primeira pelas necessidades do momento. As lideranças e a base das organizações eram em sua grande maioria pertencentes aos movimentos políticos de esquerda, mantendo a tradição histórica do movimento, e também pelo capital político que estas correntes políticas ganharam durante a luta contra a ditadura, tendência essa que viria a perdurar por muitos anos na UNE, como maior exemplo.

III- Anos 1990, novos atores e a falta de representatividade

A década de 1990 no Brasil marcou um período de grandes mudanças em todas as esferas da sociedade. Após um período de estagnação econômica, o país lutava contra a inflação, que era na época o grande fator de instabilidade nos setores produtivos. Para isso, adotou-se políticas liberalizantes seguindo o receituário imposto pelas grandes instituições financeiras globais aos países do Terceiro Mundo, ao incorporar de vez o processo de globalização às nossas dinâmicas domésticas.

Na política, houve um caso emblemático tanto para a democracia brasileira, pela demonstração de maturidade e estabilidade, quanto para o movimento estudantil que liderou em grande parte o processo e as mobilizações, o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, conduzido dentro da legalidade e sem tendências golpistas. Os conhecidos “caras-pintadas” capitanearam todo a campanha, servindo de referencial político e vetor de

legitimidade, dando um importante passo na própria história do movimento, que buscava afirmação de sua identidade contemporânea sem ter que necessariamente se atrelar aos “tempos gloriosos” da luta estudantil nas décadas de 1960 e 1970 [16].

Porém, este acontecimento seria um dos últimos, se não o último exemplo de uma mobilização desse porte, que tivessem os estudantes como protagonistas. Depois, o movimento entrou em uma fase de crise de representatividade no seio das instituições mais tradicionais do movimento estudantil, que por questões conjunturais e de certa cristalização interna a elas, se mostraram insuficientes para abarcar os novos desafios e demandas dos estudantes.

Para entender esse desenvolvimento da crise, devemos atentar para as “novas sociabilidades militantes”, que emergem nesta época e que irão se aprofundar com a chegada do século XXI [17]. Elas são produto de uma complexificação do corpo estudantil em si, e consequentemente de suas lutas e interesses como classe específica, que apesar de terem uma identidade comum, são marcadas pela pluralidade.

O processo de esvaziamento das instituições estudantis históricas se deu por diferentes frentes e motivos, externos e internos a elas, e interrelacionados entre si. Primeiramente, deve-se levar em conta as transformações sociais ocorridas nos últimos anos, marcadas pelas políticas neoliberais e o incentivo à concorrência e ao individualismo entre a população do país, disseminadas e reforçadas pela mídia e a globalização em si. Essa mentalidade influencia o perfil dos estudantes desde a década de 1990 até a atualidade. Houve resistência e ainda há, mas o imaginário social que se consolidou acerca da função e propósito de um diploma, da universidade e da educação em si, se atrela a lógica do mercado de trabalho e suas demandas.

Essa consolidação de um paradigma neoliberal na educação, se manifestou nas políticas educacionais durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1995, e que tem certa continuidade com Lula a partir de 2003. O projeto de expansão das vagas e acessibilidade ao ensino superior foi pautado no incentivo as instituições privadas, através de programas de financiamento para estudantes de baixa renda e isenções fiscais para as universidades que aderissem a eles, além dos projetos de cursos técnicos e profissionalizantes para a população como alternativa a formação superior tradicional. A escolha do setor privado como vetor de ampliação do ensino universitário não é recente, pois desde os anos 1970 o governo federal brasileiro se mostrou favorável a essa tendência, seja pela indisponibilidade de recursos para fazer o mesmo pela via pública, ou por questões programáticas, que atendessem a um projeto específico da época.

É inegável que houve avanços na democratização do ensino superior e uma parcela considerável das classes menos favorecidas adentraram nas universidades, seja pelos programas de financiamento, como o PROUNI, seja pelas políticas de ação afirmativa, que garantem vagas a estudantes negros, pardos, indígenas e/ou ex-alunos das redes de ensino público. A partir dessa ampliação do ensino superior, que deu maior pluralidade ao corpo estudantil nos aspectos de raça, gênero, classe e identidade sexual, e por ter ocorrido através de instituições privadas em grande medida em um ambiente tecnicista e de competitividade, observa-se a construção de uma questão interna e externa aos estudantes.

As necessidades e pautas trazidas por esses novos perfis de estudantes são construídas a partir desses aspectos mais individualistas e identitários, característicos da atualidade. Os reflexos imediatos disso são a formação de novas formas organizativas, que focam em demandas específicas dos estudantes pouco abarcadas pelas instituições clássicas e, consequentemente, geram o esvaziamento destas pela falta de representatividade.

Apesar das mudanças nas estruturas organizativas das principais instituições estudantis, como a adoção da proporcionalidade qualificada nas eleições da UNE e a criação de secretarias para assuntos específicos, estas ainda estão pautadas num modelo hierarquizado e centralizado, que cria um vazio entre a base de estudantes e a entidade [18]. A falta de um

elo identitário entre as aspirações do movimento como um todo e a nível individual, enfraquece e pode deslegitimar as suas organizações. Novas sociabilidades militantes [19] emergem nas ONGs, coletivos e em outras instituições, que propõem pautas mais específicas e construídas a partir de uma estrutura horizontal e participativa.

Outro aspecto interno das entidades, que é fonte de polêmica e acusações, é a relação histórica entre a UNE e os partidos políticos nos quais seus líderes militam. Atualmente a entidade é acusada de estar aparelhada pelos partidos que a compõe em sua diretoria, e mais recentemente pelo próprio governo, por ter sido parte da base que apoiou a candidatura do presidente Lula. Apesar dessas correntes políticas serem tradicionais dentro do movimento estudantil, parece que essa velha forma de se fazer política já se mostra ultrapassada e deslegitimada, o apartidarismo é uma exigência crescente entre os estudantes para darem crédito a alguma organização representativa de seus interesses. Há contradições entre tradições históricas e a emergência e a maturidade dos estudantes do século XXI.

Além desse alunato que se mobiliza através de novos canais, temos outra parcela dos estudantes que não se envolve e não tem interesse nas lutas estudantis, talvez pela visão estritamente econômica e pessoal com que enxergam a educação, vista apenas como fase necessária para adentrarem no mercado de trabalho e, portanto, desvinculada de projetos nacionais e de formação crítica. Essa parcela desengajada não é imutável e, no caso atual da PUC-Rio, veremos a seguir como eles foram politizados e adentraram nas dinâmicas da arena política da universidade, principalmente nas últimas eleições para o seu Diretório Acadêmico Central. Marca-se então uma disputa que abarca questões ideológicas e ideacionais que serão parte dos movimentos de resignificação e transformação do(s) movimento(s) estudantil(s), seu papel, suas diretrizes, limites e seus meios de mobilização.

IV – Movimento Estudantil na PUC-Rio e suas disputas

A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro é conhecida pelo histórico de atuação de seu movimento estudantil, principalmente durante o período da ditadura, quando o *campus* da Gávea tornou-se ponto de convergência da oposição ao regime e foi considerado “Território-Livre”.



Cinelândia: Passeata dos Cem Mil. 26 de Junho de 1968. Fotógrafo: José Inácio Parente. Acervo José Inácio Parente.

Seguindo processo similar ao ocorrido em âmbito nacional, as entidades representativas dos estudantes foram gradativamente perdendo o interesse e a participação do alunato da Universidade. O século XXI tornou-se representativo desse desengajamento, tendo a participação dos estudantes nas eleições do DCE como claro indício do distanciamento entre a base de estudantes e as instituições tradicionais. No ano de 2011, apenas 2508 alunos votaram, de um total de 12000 [20]. As chapas vencedoras a partir de 2000 seguiram distintas

tendências políticas. Durante 2007 e 2008 a chapa “Ideias” dirigiu o DCE e reforçava um discurso “leve”, “porque as pessoas estão cansadas da militância profissional, do discurso pesado”, segundo as próprias palavras do diretor-executivo da época, Eduardo Shalders, aluno do curso de Administração [21]. Suas propostas pautavam-se em torno de questões mais pontuais, como meio-ambiente e atividades culturais para os alunos. A partir de 2009 se inicia uma longa gestão da chapa Roda-Viva, que perdurará até 2014 e representará uma guinada do DCE, rumo às diretrizes da UNE e de retomada das lutas tradicionais, buscando uma politização dos estudantes e seu engajamento nas questões educacionais e nacionais [22].

É importante ressaltar que estes são discursos reproduzidos pelas respectivas chapas, mas que não necessariamente condizem com suas atuações, ocultando disputas internas nas instituições estudantis da PUC-Rio. Esses discursos que evocam ou resignificam a memória do movimento estudantil atrelada no imaginário social, as lutas contra a ditadura, as campanhas das Diretas Já! e do impeachment de Collor, são instrumentalizadas de acordo com as agendas que buscam promover e legitimar. O conceito do “mito do poder jovem”, elaborado por Izabel Priscila Pimental [23] é útil para entendermos essa versatilidade com que a memória pode ser construída e reconstruída:

Na memória construída acerca do movimento estudantil brasileiro, a década de 1960 aparece como o período em que os jovens estudantes assumiram o palco dos acontecimentos políticos e culturais, consagrando a categoria estudantil como a detentora de um poder sem igual. Contudo, é preciso estar atento à construção de uma “mitologia” estudantil – elaborada a partir de uma tradição historiográfica e também da auto-imagem criada no seio das lideranças estudantis – capaz de dotar os estudantes de uma tradição “revolucionária”, de defesa dos interesses nacionais, sempre em busca do progresso e da justiça social, atribuindo a estes um inerente espírito contestador e conduzindo à concepção de um “modelo ideal” do comportamento juvenil e à construção do mito do poder jovem.
[24]

A significação do movimento, que dá substância a seus papéis e deveres é, portanto, móvel e definida por qual memória se constrói. Deve-se assim observar os interesses que entram em choque nos discursos e práticas dos estudantes e das instituições que os representam. A PUC-Rio é espaço emblemático dessas disputas e os recentes representantes de DCEs eleitos, são representantes do processo que identificamos no segundo movimento da pesquisa.

A chapa Roda-Viva, que assume a direção do DCE em 2009, representa os novos elementos das demandas estudantis, mas ainda com forte laço nas práticas das instituições tradicionais, principalmente nos últimos anos de sua gestão. Este caráter duplo pode ser identificado primeiramente pela constituição de seus membros, oriundos das mais diversas classes, raças e gêneros, muitos militantes de outros movimentos sociais, como do movimento negro, feminista e LGBT. Por outro lado, se observado atentamente, parte de seus quadros se vincularam a conhecidos partidos políticos e começaram a trazer ideias destes para o contexto interno da Universidade. Temos então um tipo de hibridismo entre o que eram movimentos estudantis tradicionais e os novos perfis estudantis, representados na Roda-Viva.

Seis anos de gestão ininterrupta provam que houve legitimidade na atuação da chapa, que pautou suas políticas na promoção de eventos culturais universitários, como o Festival de Primavera, e em lutas por demandas estudantis, principalmente das minorias na Universidade, como a diminuição nos preços do bandeirão e outros serviços oferecidos na PUC-Rio, além de

tentar promover uma relação harmoniosa entre eles e os coletivos, já que tinham muitos membros em comum.

Entretanto, por questões, tanto específicas à gestão Roda-Viva e o seu desgaste, quanto à conjuntura do momento político brasileiro, há uma interrupção desse longo mandato e a ascensão de uma nova chapa, que é caracterizada pelas novas demandas estudantis do século XXI. Neste processo específico, ocorrido nas eleições para o DCE da PUC-Rio em 2014, estive presente e participei das campanhas, comparecendo aos debates, reuniões e comícios das diferentes chapas, tendo contato com os membros e ideias de cada uma. Com isso, quero demarcar claramente meu papel e posição de “observador participante” nesse caso, como estudante que se engajou em todo o processo eleitoral e, portanto, parte do movimento estudantil, ao mesmo tempo que observa o seu objeto de pesquisa, age sobre ele, vive, interage e torna-se parte do mesmo.

O ano de 2014 foi marcante, principalmente pela instabilidade política que emergiu das eleições presidenciais. A Universidade como microcosmo da sociedade brasileira e importante arena política, trouxe para seu interior os debates das candidaturas executivas e legislativas e, concomitantemente, a polarização que se configurou entre os dois mais bem votados candidatos à presidência da República, Dilma Rousseff e Aécio Neves, e seus respectivos partidos, PT e PSDB.

As disputas pela direção das instituições mais representativas do movimento estudantil absorveu a polarização citada e de certa maneira a reproduziu em suas dinâmicas internas. Claras e antagônicas, as posições programáticas e ideológicas se digladiaram nas duas principais chapas concorrentes, por um lado a situação Roda-Viva e por outro, sua principal oposição, a Muda DCE. A primeira, identificada na defesa de seus feitos à frente do DCE nos últimos anos, trazia propostas e ideais vinculadas à uma politização e engajamento do corpo de alunos em assuntos internos e externos a Universidade, com objetivo de retomar sua tradição histórica de importante ator político a nível nacional, inclusive buscando uma reaproximação com as entidades nacionais estudantis. Já a oposição Muda DCE, trouxe uma pauta de críticas ao imobilismo e acomodação da Roda Viva no poder, sua falta de iniciativa e transparência, e o suposto distanciamento dos estudantes ao contrário da abertura e horizontalidade que era defendida.

Com um programa pautado no apartidarismo, foco nas políticas estudantis e incentivo ao empreendedorismo, o Muda DCE venceu as eleições e trouxe com seu êxito algumas reflexões e horizontes para o movimento estudantil dentro da PUC-Rio. É certo que houve uma integração entre o contexto político do momento e as pautas defendidas, que criaram as condições ideais para ascensão de uma nova concepção e significação do movimento. Entre as principais consequências vemos a consolidação de lideranças estudantis preocupadas com a inclusão e as oportunidades dos jovens no mercado de trabalho, a participação política da maioria dos estudantes que se mantinham alheios a organização estudantil, o comprometimento de uma neutralidade frente aos partidos, principalmente aos que ocupam cargos no governo, e o rompimento de relações com a UNE [25].

Esse conjunto de características do novo momento do alunato na PUC-Rio não ocorreu de maneira espontânea e natural, pois existem interesses específicos que estão sendo defendidos, assim como nas gestões anteriores. O que é importante ressaltar durante esse novo período será a longevidade dessa mobilização de setores dos alunos que não tinham participação política e se haverá um amadurecimento político do movimento em geral, que consiga superar as contradições maniqueístas que se formaram conjuntamente com as eleições presidenciais e engessaram os debates e as disputas pelas agendas e bandeiras do movimento.

V- Conclusões

No atual estágio da pesquisa foi possível identificar uma tendência para novas demandas e formas organizativas no movimento estudantil, que são a materialização de um paradigma plural, globalizado, apartidário e de afastamento de questões nacionais, característico do século XXI no Brasil, que desafia as tradicionais correntes políticas que dirigem o movimento e abre espaço para as disputas entre as distintas concepções e imaginários das futuras concepções do movimento.

Esse processo pode caracterizar ao mesmo tempo uma ampliação do escopo de atuação do movimento, com maior representatividade da pluralidade existente em seu interior e as novas práticas que vem em conjunto, mas também a um retrocesso de conquistas históricas e a desmobilização de uma noção unificada e complementar de educação e de seus estudantes com os demais setores do país, com um projeto nacional unificado.

O movimento estudantil da Pontifícia Universidade Católica nos últimos anos é representativo dessas novas dinâmicas, com suas características próprias e sua tendência nacional. Bandeiras novas e tradicionais entram em choque e deve-se atentar para quais agendas e pautas surgirão desse embate e os novos (ou não) significados para as demandas dos estudantes e sua função como ator político e social.

VI - Referências

- 01 - GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In: **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das letras, 1987, p. 143-179.
- 02- POERNER, Arthur. **O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. 5 ed. Ilustrada, ampliada e atualizada. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.
- 03- ARAUJO, Maria P. N. **Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007.
- 04- TENDLER, Silvio. **Ou Ficar a Pátria Livre ou Morrer Pelo Brasil**. Rio de Janeiro: UNE, 2007. Documentário. 53 min.
- 05- Id. **O Afeto que se Encerra em Nosso Peito Juvenil**. Rio de Janeiro: UNE, 2007. Documentário. 50 min.
- 06- MESQUITA, Marcos R. **Movimento estudantil brasileiro: Práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais**. Coimbra: Revista Crítica de Ciências Sociais, No 66, Outubro 2003, pg. 117-149.
- 07 – DA SILVA, Izabel P. P. “Entre História e Memória: O Movimento Estudantil Universitário Brasileiro”. In: MATA, Sérgio Ricardo da; MOLLO, Helena Miranda; VARELLA, Flávia Florentino (Org.). **Caderno de resumos & Anais do 2º. Seminário Nacional de História da Historiografia. A dinâmica do historicismo: tradições historiográficas modernas**. Ouro Preto: EdUFOP, 2008.
- 08 - DAMATTA, Roberto. **Relativizando, uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro, Rocco, 1991.
- 09 - ARAUJO, Maria P. N. Op. Cit.

10 – Idem. *Ibidem*.

11 – SEQUEIRA, Renata. Comissão Nacional da Verdade, Dez. 2013. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/outros-destaques/413-pesquisa-aponta-43-68-das-violacoes-de-direitos-na-ditadura-ocorreram-entre-1964-e-1966.html>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

12 - ARAUJO, Maria P. N. Op. Cit.

13 – GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

14 - ARAUJO, Maria P. N. Op. Cit.

15 – POERNER, Arthur. Op. Cit.

16 - ARAUJO, Maria P. N. Op. Cit.

17 - MESQUITA, Marcos R. Op. Cit.

18 – Idem. *Ibidem*.

19 – MESQUITA, Marcos R. Op. Cit.

20 – LOPES, L. & ALVIM, M. **Começam nesta quarta eleições para novo mandato do DCE**. Portal PUC-Rio Digital, Nov. 2011. Disponível em: <<http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/Texto/Campus/Comecam-nesta-quarta-eleicoes-para-novo-mandato-do-DCE-11590.html#.VboVMvIViko>>. Acesso em: 25 jul. 2015.

21 – FERREIRA, Gabriela. **Chapa Idéias reeleita no DCE**. Portal PUC-Rio Digital, Nov. 2007. Disponível em: <<http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/Texto/Campus/Chapa-Ideias-reeleita-no-DCE-422.html#.VboVsflViko>>. Acesso em: 25 jul. 2015.

22 - MESQUITA, Marcos R. Op. Cit.

23 – DA SILVA, Izabel P. P. Op. Cit.

24 – Idem. *Ibidem*.

25 – NARLOCH, Leandro. **Estudantes da PUC-Rio lançam manifesto contra a UNE**. Revista Veja, mar. 2015. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/cacador-de-mitos/2015/03/21/estudantes-da-puc-rio-lancam-manifesto-contra-a-une/>>. Acesso em: 24 jul. 2015.